



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS DE MIRACEMA DO TOCANTINS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA**

BIANCA BATISTA RIBEIRO GOMES

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: O PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO NA BUSCA POR
UMA EDUCAÇÃO PARA TODOS**

MIRACEMA DO TOCANTINS (TO)

2021

BIANCA BATISTA RIBEIRO GOMES

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: O PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO NA BUSCA POR
UMA EDUCAÇÃO PARA TODOS

Monografia foi avaliada e apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Miracema, Curso de Pedagogia para obtenção do título de graduação e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Orientadora: Profa. Dra. Brigitte Ursula Stach-Haertel

MIRACEMA DO TOCANTINS (TO)

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

G633e Gomes, Bianca Batista Ribeiro.
Educação inclusiva: o processo de socialização na busca por uma
educação para todos . / Bianca Batista Ribeiro Gomes. – Miracema,
TO, 2021.
28 f.
Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins –
Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Pedagogia, 2021.
Orientadora : Brigitte Úrsula Stach-Haertel
1. Educação inclusiva. 2. Socialização. 3. Interação social. 4.
Educação especial. I. Título

CDD 370

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de
qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que
citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime
estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da
UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

BIANCA BATISTA RIBEIRO GOMES

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: O PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO NA BUSCA POR
UMA EDUCAÇÃO PARA TODOS

Monografia foi avaliada e apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Miracema, Curso de Pedagogia para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: ____ / ____ / ____

Banca Examinadora

Profa. Dra. Brigitte Ursula Stach Haertel, Orientadora, UFT.

Prof. Dr. Antonio Miranda de Oliveira, Examinador, UFT.

Esp. Alderise Pereira da Silva Quixabeira, Examinadora, Externa.

Dedico este trabalho à todas as pessoas que de alguma forma se sintam sozinhas ou discriminadas pelo preconceito de uma sociedade excludente e opressora que privilegia uma parcela da população e segrega tantas outras. Que vocês possam sentir-se acolhidos através dessa reflexão, que cada um de nós consiga se aceitar e celebrar nossas características singulares, incomparáveis e sim, especiais, sem dúvida. Que tenhamos orgulho de ser quem somos e que os nossos olhos consigam enxergar de forma positiva o outro com suas especificidades, sem julgamentos, compreendendo a diversidade humana e reconhecendo as diferenças de cada um. Que juntos possamos encontrar caminhos para alcançarmos uma sociedade mais justa, uma educação mais inclusiva que permita o ingresso e a participação de todos sem distinção de qualquer natureza.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus porque dele provém todas as coisas. Deus que é o princípio da vida e o criador dos céus e da terra, te agradeço Senhor por me permitir chegar até aqui com saúde e sabedoria, por me amparar e me dar forças mesmo quando não me faço merecedora de tanto cuidado.

A minha família por me incentivar e apoiar nos estudos e na vida, por me dar suporte, oportunidade e por se sacrificarem para me proporcionar sempre o melhor, até quando eu não mereci. Em especial minha mãe Rosa Clara, meu pai Janio e minha irmã Beatriz. Obrigada por nunca soltarem minha mão! Vocês nunca me abandonaram e sempre me acolheram nas dificuldades, isso é o que define uma família.

Ao meu filho David por ser a razão de toda a minha luta por um futuro melhor, por estar sempre comigo, por ser meu parceiro de vida e por me proporcionar um amor tão forte e inabalável.

As pessoas especiais que fizeram parte desse processo, que tornaram essa caminhada mais leve e sem dúvida inesquecível. Agradeço por me acompanharem durante essa jornada e por viverem esse sonho comigo. Sou grata a cada momento que compartilhei com cada um de vocês. Em especial minhas amigas Aucione (*in memoriam*), Ana Júlia, Anna Karollyne, Eliana, Lilian e Rafaela. Ao meu amigo Thiago.

Aos meus professores formadores que são exemplos de profissionalismo e humanidade. Em especial a minha orientadora Prof.^a Brigitte que soube ser paciente além de sábia, e sempre se colocou à minha disposição, mesmo diante de suas muitas outras ocupações e responsabilidades.

Aos que não foram citados, mas, que de alguma forma estiveram presentes em algum momento da minha trajetória acadêmica, deixo aqui registrado todo o meu carinho e minha eterna gratidão a todos vocês.

“A rua de acesso à inclusão não tem um fim porque ela é em sua essência, mais um processo do que um destino”. (MITTLER, 2003, p. 36).

RESUMO

Este trabalho aborda um estudo acerca da educação inclusiva com objetivo principal de discutir sobre o processo de socialização na busca por uma educação para todos. Os objetivos específicos consistiram em identificar a educação inclusiva como um processo social e descrever a importância da socialização na educação inclusiva. A metodologia utilizada para esse estudo ancora-se em pesquisa bibliográfica, qualitativa e descritiva. Tomou-se como base teórica autores como Beyer (2013), Gubany (2008), Mittler (2003), Oliveira & Profeta (2011), Pacheco (2007), entre outros. A pesquisa em questão tem por finalidade, criar ou ampliar um campo de visão mais crítico e consciente a respeito do conceito de inclusão, apresentar dados a respeito da inclusão da Educação Básica divulgados pelo INEP em 2020 para que nos seja realmente possível a consolidação de uma educação equipotente e mais justa para todos.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Socialização. Interação social.

ABSTRACT

This study is a theoretical research about inclusive education with the main objective of discuss the socialization process in the view of Education for all. The specific objectives were: identify inclusive education as a social process and describe the importance of socialization in inclusive education. The methodology used for this study is based on bibliographic, qualitative and descriptive research. Authors such as Beyer (2013), Gubany (2008), Mittler (2003), Oliveira & Profeta (2011), Pacheco (2007), among others, were taken as theoretical basis. This research aims to create or expand a more critical and conscious field of view regarding the concept of inclusion, to present data on the inclusion of Basic Education released by INEP in 2020 so that it is really possible for us to consolidate a equipotent and fairer education for all.

Keywords: Inclusive education. Socialization. Social interaction.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO NO AMBIENTE ESCOLAR	12
3 REFERENCIAL METODOLÓGICO	17
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	18
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
REFERÊNCIAS	28

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa compõe minha monografia de final de curso da formação em Pedagogia pela Universidade Federal do Tocantins (UFT) Campus de Miracema a partir da qual proponho discorrer sobre a importância da socialização na educação inclusiva.

Decidi falar sobre inclusão baseada na experiência do estágio supervisionado, a partir do momento em que me deparei com um aluno com necessidades educacionais especiais na sala comum da escola regular em que realizei a regência. Percebi a necessidade que aquele aluno tinha em se sentir parte daquele ambiente e notei o quanto ele se desenvolvia a partir de atividades ou brincadeiras que possibilitava sua participação juntamente com os demais colegas.

A partir disso, conferi a importância de falar sobre esse tema, refletindo a respeito do processo de socialização como principal ferramenta na busca por uma educação para todos.

A socialização caracteriza um conjunto de hábitos adquiridos no convívio de determinados grupos sociais, a partir da interação social. Esses hábitos podem ser compartilhados e divididos a partir do contato com membros de outros grupos. Sabendo que cada comunidade possui uma cultura que lhe é própria, cada troca de experiência se torna fundamental para o desenvolvimento da criança como sujeito inserido em uma coletividade.

Entendem-se como processos sociais todas as formas pelas quais se estabelecem relações entre indivíduos. A educação inclusiva trata-se do ato de integrar todos os indivíduos que de alguma forma possuam limitações físicas ou cognitivas a sociedade. A escola inclusiva deve ser entendida como um processo social onde todas as crianças tenham direito a escolarização sem distinção de qualquer natureza, ou seja, uma modalidade de ensino para todos.

Nesse sentido, essa pesquisa tem como objetivo principal discutir a importância da socialização na educação inclusiva. Para essa discussão ocorrer, foram estabelecidos dois objetivos específicos, sendo que, o primeiro busca identificar a educação inclusiva como processo social e o segundo descrever a importância da socialização na busca por uma educação para todos.

No intuito de aprofundar este tema bastante complexo acerca da proposta de inclusão, levantam-se as seguintes indagações: Qual a finalidade da educação

inclusiva? A escola inclusiva pode ser entendida como um processo social? Qual a importância da socialização para a educação inclusiva?

A partir dos objetivos da pesquisa e de tais questionamentos, surgiu o seguinte problema de pesquisa: Como o processo de socialização que ocorre na escola pode contribuir na busca por uma educação para todos?

Para responder a esse questionamento e conseguir alcançar os objetivos da pesquisa, este trabalho utiliza como método de estudo a pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e natureza descritiva. A metodologia adotada possibilitará uma gama de informações fundamentais para a reflexão da educação inclusiva entendida como processo social, esta que por sua vez poderá contribuir para que os sujeitos da aprendizagem tenham oportunidades democráticas de acesso, estes que, por inúmeras razões apresentem dificuldades em sua aprendizagem ou mesmo em seu desenvolvimento: respeitando os seus ritmos, suas limitações e suas especificidades.

O texto está dividido em quatro seções organizadas da seguinte forma: referencial teórico, referencial metodológico seguido dos resultados e discussões e considerações finais.

2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO NO AMBIENTE ESCOLAR

Espera-se do ambiente escolar um espaço acolhedor que esteja aberto às diferenças sem distinção de raça, classe, deficiência ou gênero, garantindo igualdade de acesso e oportunidade para todos. Pelo menos é assim que deveria funcionar a educação no Brasil, afinal, cada vez mais discutimos políticas para adequar as escolas às crianças com limitações físicas ou cognitivas, mas, infelizmente nos deparamos constantemente com uma realidade totalmente diferente do que se espera.

O Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 10.172/2001, enfatiza que “o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana.”

No campo da educação, a inclusão envolve um processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo, com o objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso a todas as gamas de oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola. (MITTLER, 2008, p. 25).

Para Mittler (2008, p. 25) “O objetivo de tal reforma é garantir o acesso e a participação de todas as crianças em todas as possibilidades e oportunidades oferecidas pela escola e impedir a segregação e o isolamento”

Em 1994, foi realizada em Salamanca, a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, onde, governos e organizações reuniram-se a fim de discutir e promover a proposta de Educação para todos, inspirada no princípio de integração e na necessidade de escolas que incluam a todos, reconhecendo as diferenças e promovendo a aprendizagem e atendimento às necessidades de todos e de cada sujeito.

Quando falamos de inclusão no espaço escolar, mais do que construir ou reformular os ambientes, espera-se que seja possível a inclusão de todos através da adaptação do currículo possibilitando que todos os alunos explorem as suas potencialidades.

[...] Uma pedagogia saudável da qual todas as crianças podem beneficiar-se, assumindo que as diferenças humanas são normais e que a aprendizagem deve ser adaptada às necessidades das crianças, em vez de ser esta a ter de se adaptar as concepções predeterminadas, relativamente

ao ritmo e à natureza do processo educativo. Uma pedagogia centrada na criança é benéfica para todos os alunos e, como consequência, para a sociedade em geral [...] (UNESCO, 1994, não paginado).

Podemos considerar que é a partir daí que o modelo educacional começa a ser repensado e o conceito de inclusão passa a ser considerado dentro das instituições de ensino. Após a Declaração de Salamanca, vários decretos, resoluções e outros documentos legais foram surgindo com o objetivo de ordenar, regular e favorecer cada vez mais o ingresso de estudantes com necessidades educativas especiais nas salas de aulas regulares, bem como, nos demais espaços sociais.

De forma geral, a educação inclusiva se propõe exatamente a isso. Incluir a todos em um mesmo contexto, social ou educacional. Esse novo conceito surgiu na década de 90 e se consolidou na última década. Antes disso, as instituições de ensino eram divididas em escolas regulares e escolas especiais. Ou seja, as crianças que possuíam algum tipo de limitação física ou cognitiva conviveriam apenas com crianças que também possuíssem algum tipo de limitação.

A educação inclusiva surgiu como uma proposta que viabilizaria o encontro desses dois universos. Essa nova proposta se materializa na transformação do sistema educacional em um sistema educacional inclusivo. Diante disso, passa a existir somente um tipo de escola e essa deveria obrigatoriamente atender a todos. Uma proposta inovadora e um grande desafio a ser enfrentado.

A educação inclusiva desafia a escola ser mais democrática e justa, supõe uma maneira mais radical de entender a resposta educativa a diversidade dos alunos e baseia-se na defesa de promover uma mudança sem que ocorra exclusão. (GUBANY, 2008, p. 9).

No ano de 2003, a inclusão se difunde a partir de um programa implementado pelo Ministério da Educação, denominado Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade. Este que surgiu com o objetivo de apoiar e transformar os sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, promovendo e garantindo o acesso de todos a escolarização, bem como, disponibilizando um amplo processo de formação para gestores e educadores visando à garantia da acessibilidade e a oferta do atendimento educacional especializado.

Ao que se refere à Educação Inclusiva, a Política Nacional de Educação Especial no Brasil compromete-se em assegurar o acesso ao ensino regular para

alunos com deficiências que variam de intelectual, física, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, entre outras, desde a educação infantil até a educação superior.

A inclusão implica uma reforma radical nas escolas em termos de currículo, avaliação, pedagogia, e formas de agrupamento dos alunos nas atividades de sala de aula. Ela é baseada em um sistema de valores que faz com que todos se sintam bem-vindos e celebra a diversidade que tem como base o gênero, a nacionalidade, a raça, a linguagem de origem, o background social, o nível de aquisição educacional ou a deficiência. (MITTLER, 2008, p. 34).

A inclusão pressupõe que a escola se ajuste a todas as crianças [...], em vez de esperar que uma determinada criança com necessidades especiais se ajuste à escola [...], também argumenta Pacheco (2007).

O princípio fundamental da educação inclusiva é a valorização da diversidade e da comunidade humana. Quando a educação inclusiva é totalmente abraçada, nós abandonamos a ideia de que as crianças devem se tornar normais para contribuir para o mundo. (KUNC, 1992, apud, FERNANDES, 2014, p. 3).

Porém, muitas das dificuldades encontradas na educação inclusiva decorrem do fato de o sistema educacional não estar apto a receber essa população, seja pela falta de classes e currículos adequados, seja pelas barreiras sociais ou mesmo pelo método de ensino e instrumentos não apropriados.

Os caminhos cabíveis que sejam trilhados para a construção da escola inclusiva perpassam pelas adaptações curriculares, pela gestão escolar, pelos princípios norteadores desse paradigma educacional e com a construção da sua proposta pedagógica. A escola inclusiva requer a efetivação de currículos adequados (adaptados ou modificados, quando necessário) e uma prática pedagógica flexível com arranjos e adaptações que favoreçam tanto o bom aproveitamento quanto o ajuste sócio educacional do indivíduo com necessidades educacionais especiais. (MENDES apud OLIVEIRA; PROFETA, 2011, p. 81).

Diante disso, depreende-se que inclusão escolar, enquanto modelo educacional tem como meta a concepção de uma escola segura, acolhedora e agradável, onde critérios ou exigências sejam repensados de acordo com as especificidades de cada aluno e que não haja ferramentas de seleção ou discriminação para o acesso e a permanência com sucesso de todos os alunos, ou

seja, uma "flexibilização" dos parâmetros regulares aplicados às práticas de avaliação dos resultados do processo de ensino e aprendizagem.

No dicionário, inclusão significa o ato ou efeito de incluir. Incluir significa juntar, inserir, introduzir. O ambiente escolar deve ser um espaço inclusivo, qualificado e preparado para atender a demanda de alunos. Porém, segundo Gubany (2008) “É mais complexo do que somente inserir a criança [...] numa sala comum.”

As diferenças não podem ser obstáculos nas relações sociais, pelo contrário. Quando a escola proporciona um espaço de convivência e coloca a diversidade em foco, ela está preparando os alunos para a vida em sociedade.

“Quando a escola reflete esses valores [...] contribuem para que a sociedade seja um lugar[...] cada vez mais diversificado[...].” (Gubany,2008, p.28).

A criança desenvolve novas competências por causa da aproximação dos outros sociais, esses outros entendidos, por um lado, como as novas apropriações semióticas (a linguagem fundamentalmente) que a criança faz no grupo cultural, e, por outro, o adulto ou par mais desenvolvido como mediador das novas competências. (GUBANY, 2008, p. 26).

Podemos enfatizar essa ideia através da teoria sócio-construtivista a partir do estudo do professor e pesquisador Lev Semenovich Vygotsky (1896-1934) que trouxe grandes contribuições a este respeito.

Sob a perspectiva de que a aprendizagem e o desenvolvimento é alcançado principalmente por intermédio da interação social, em sua abordagem, Vygotsky concebe as relações sociais como centralmente favoráveis ao desenvolvimento humano no decorrer de sua existência. Segundo o pesquisador o desenvolvimento cognitivo é constituído a partir das inter-relações com o meio e decorre da interação sujeito-objeto-contexto social.

Para o pesquisador, o sujeito além de ativo é interativo. Diante do fato de o conhecimento e a própria consciência se constituírem a partir das trocas com outros sujeitos, caracterizou assim a essência do homem como social.

[...] As interações sociais são condições fundamentais para que a criança passe pelas transformações essenciais que a tornem capaz de desenvolver estruturas humanas fundamentais, como pensamento e linguagem. O meio social aqui, entendido em todos os seus *lócus*, inclusive o familiar, que muitas vezes deixa de ser considerado. (GUBANY, 2008, p. 23).

Não existe uma natureza humana desvinculada das relações sociais porque todo o nosso desenvolvimento está interligado a fatores externos que nos constituem enquanto sujeitos.

O grande obstáculo dessas relações situa-se no isolamento frequente que alunos com necessidades educacionais especiais vivenciam na família, na vida escolar ou na vida em sociedade. Atitudes discriminatórias de rejeição ou posturas preconceituosas criam barreiras sociais e dificultam o processo de inclusão.

Diante disso, a socialização consiste em fatores que envolvem compreensão, oportunidades, participação coletiva, estratégias diversificadas e dinâmicas inovadoras com a finalidade de desenvolver as potencialidades de cada sujeito por intermédio do relacionamento humano, social e afetivo.

A escola se caracteriza como um dos ambientes mais favoráveis para a socialização e por conta disso exerce um papel social muito importante para a constituição do sujeito em sua integralidade. Diante disso, para o desenvolvimento dos alunos deve-se estabelecer regras de conduta para que o convívio social não se torne uma representação preconceituosa e não apropriada para alguns dos alunos.

A socialização dentro e fora do ambiente escolar favorece o processo de aquisição do saber e expande as possibilidades muitas vezes limitadas da criança a partir de um novo nível de desenvolvimento.

A criança seja em casa ou na escola, está se constituindo como ser humano a partir de suas experiências com o outro, naquele lugar, naquele momento. (GUBANY, 2008, p. 33).

3 REFERENCIAL METODOLÓGICO

A proposta metodológica dessa pesquisa concentra-se na reflexão de conceitos fundamentados teoricamente por autores relevantes que escrevem sobre o assunto abordado no texto.

De finalidade descritiva, buscou-se caracterizar as análises realizadas por meio da pesquisa bibliográfica.

Em um primeiro momento, realizou-se levantamento bibliográfico de obras publicadas em livros, revistas, artigos e monografias que abordavam sobre o tema pretendido. Como instrumento de coleta de dados foram selecionadas algumas dessas obras que nos pareceram mais de acordo com a temática que estava sendo discutida.

Com as obras selecionadas, realizou-se a leitura das mesmas e a partir desse estudo, desenvolveu-se esta pesquisa.

Para conseguir os subsídios teóricos, alguns dos autores escolhidos foram: Beyer (2013), Gubany (2008), Mittler (2003), Oliveira & Profeta (2011), Pacheco (2007), entre outros.

Dessa forma, evidencia-se a natureza qualitativa dessa pesquisa que não tem a intencionalidade de quantificar dados analisados, pois concentra-se numa pesquisa que buscou evidenciar e abordar uma reflexão sobre valores e relações humanas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os gráficos apresentados nesta seção foram publicados pelo Censo Escolar 2020 e realizados pelo Inep em período que antecedeu a pandemia da Covid-19. Principal instrumento de coleta de dados da educação básica e também a pesquisa estatística de maior importância do sistema educacional brasileiro, o Censo Escolar é coordenado pelo INEP e apresenta os dados mais relevantes do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica no Brasil.

Esta pesquisa estatística é realizada por meio da participação e colaboração das secretarias municipais e estaduais da educação em todo o país alcançando toda a rede de escolas públicas e privadas com a finalidade de verificar a situação educacional do país, bem como, acompanhar a efetividade das políticas públicas em educação.

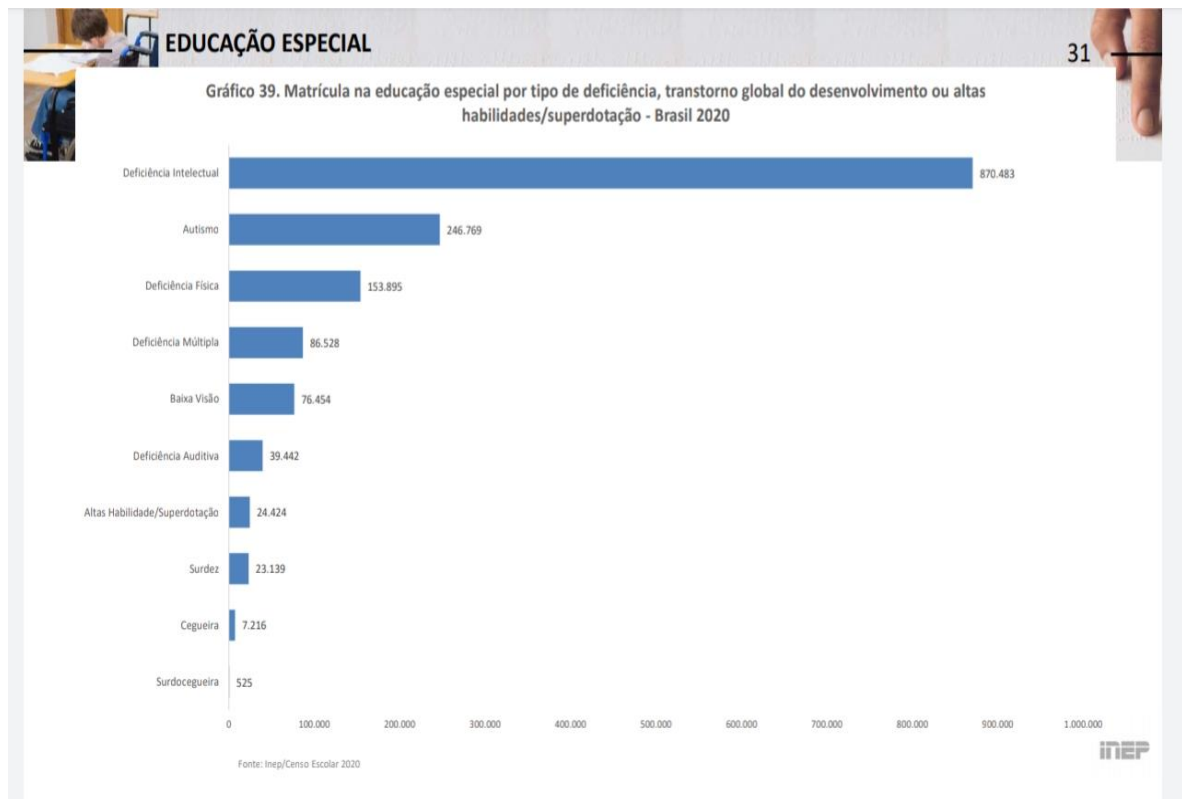
Para realizar esse levantamento, a pesquisa abrange as diferentes etapas, níveis e modalidade da educação básica e profissional, ficando assim estabelecidas:

1. Ensino regular: educação infantil, ensino fundamental e médio;
2. Educação especial: Modalidade substitutiva;
3. Educação de Jovens e Adultos (EJA); e,
4. Educação profissional: abrange cursos técnicos de formação continuada ou qualificação profissional.

A presente pesquisa tem como foco principal a inclusão de alunos da educação especial em classes comuns de escolas regulares; em consequência serão abordados exclusivamente dados referentes a essa modalidade de ensino.

Como a natureza da pesquisa não se baseia em dados quantitativos, será feita uma breve reflexão a partir dos dados apresentados nos gráficos a seguir:

Gráfico 1 – Matrícula na educação especial por tipo de deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação – Brasil 2020.

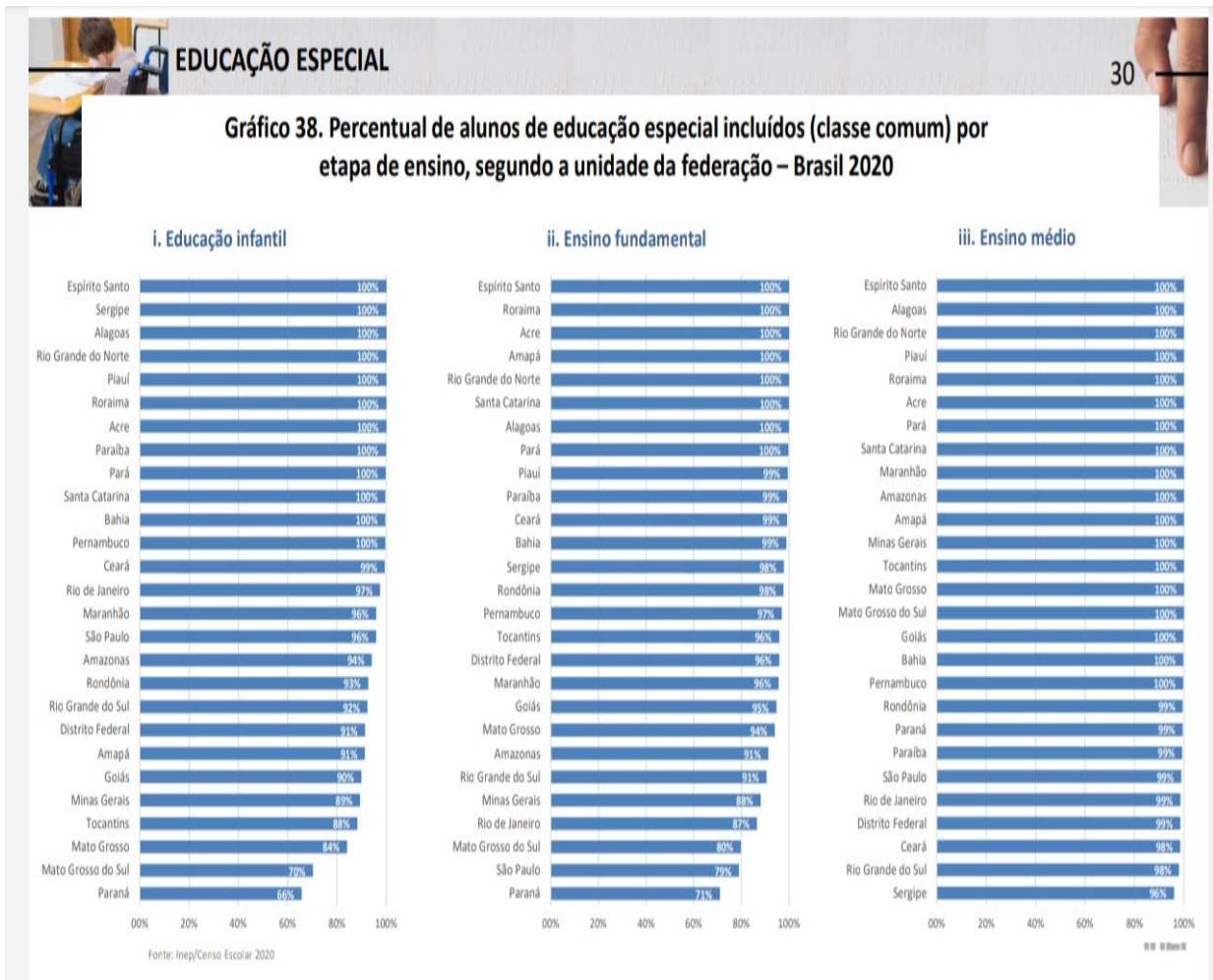


Fonte: Inep/ Censo Escolar 2020

O gráfico acima apresenta os índices de matrícula relacionados aos tipos de deficiência incluindo a especificidade das altas habilidades nos níveis e modalidades anteriormente descritos de alunos matriculados na Educação Especial segundo o INEP.

De acordo com os dados apresentados pelo gráfico, evidencia-se a incidência significativamente superior de alunos com deficiência intelectual matriculados naquelas etapas de ensino à proporção de 3 vezes e meia superior à segunda incidência que representa os alunos portadores de autismo seguidos por aqueles portadores de algum tipo de deficiência física.

Gráfico 2 – Percentual de alunos de educação especial incluídos (classe comum por etapas de ensino, segundo a unidade da federação – Brasil 2020



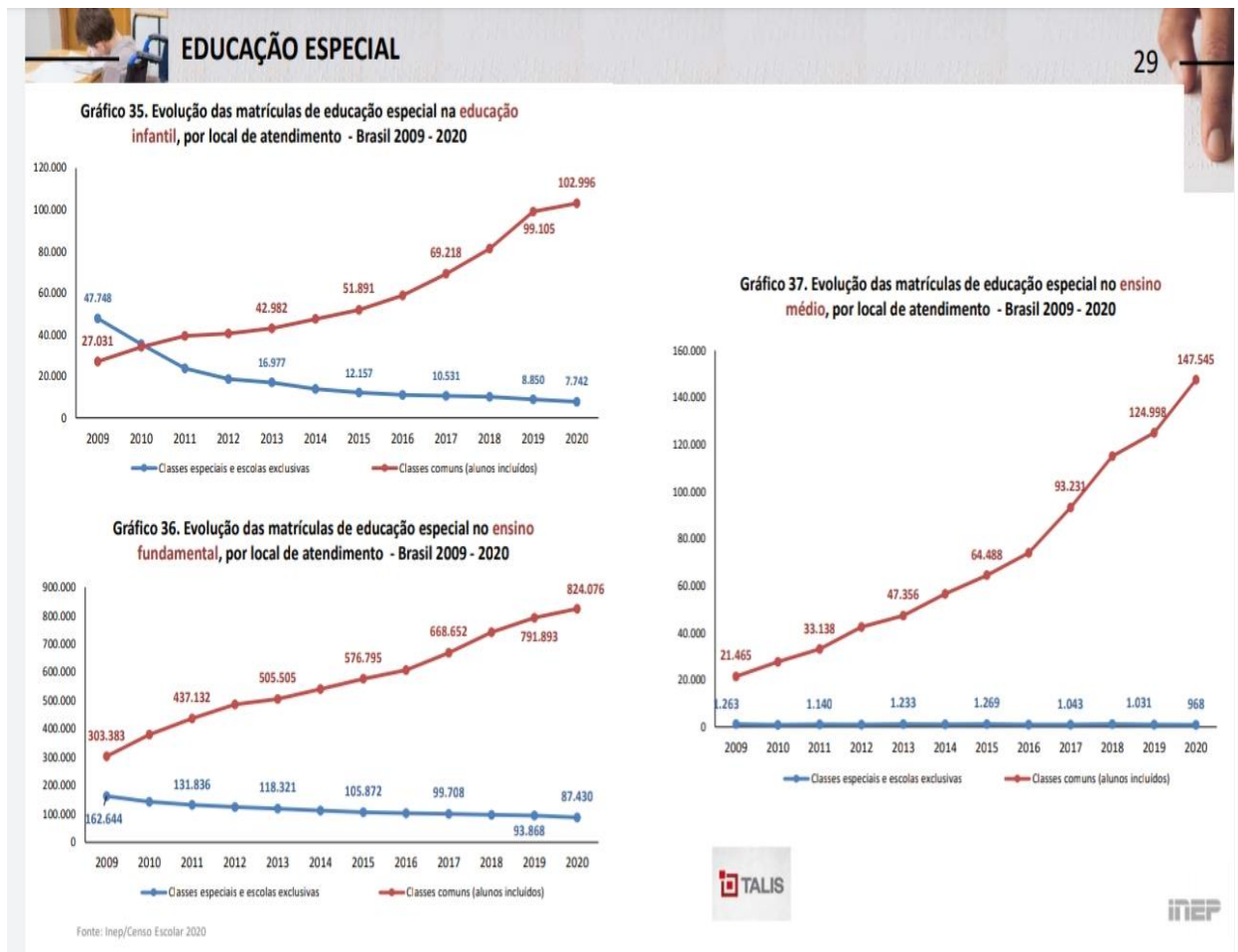
Fonte: Inep/ Censo Escolar 2020

O segundo gráfico apresenta percentuais de alunos com necessidades especiais que realizaram matrículas em classes comuns do ensino regular. Esses percentuais são organizados a partir das três etapas de ensino da Educação Básica (Educação infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) e relacionados segundo as unidades da federação (Estados e Distrito Federal).

Depreende-se que em relação à inclusão de alunos da Educação Infantil nas classes regulares merecem destaque os estados do Espírito Santo, Sergipe, Alagoas, Rio Grande do Norte, Piauí, Roraima, Acre, Paraíba, Pará, Santa Catarina, Bahia e Pernambuco todos atendendo à totalidade de seus alunos nesta etapa do ensino ainda que com quantitativos distintos.

Situação equivalente pode ser identificada nas demais etapas da Educação Básica nas quais, em todas, o estado do Espírito Santo mantém a liderança na inclusão de seus alunos na proporção total de alunos matriculados frente aos alunos incluídos.

Gráfico 3 – Evolução das matrículas de educação especial na educação infantil, por local de atendimento – Brasil 2020



Fonte: Inep/Censo Escolar 2020

O Gráfico 3 apresenta os dados relativos ao avanço nas matrículas da educação inclusiva entre os anos de 2009 - 2020 naquilo que se refere às três etapas de ensino da Educação Básica. A linha vermelha no gráfico representa as matrículas realizadas pela população especial em classes comuns e a linha azul retrata as matrículas de alunos especiais em classes especiais.

De forma geral, percebe-se que houve um crescimento considerável em relação à inclusão de alunos especiais nas classes comuns o que de certa forma é

um marco importante para a Educação Inclusiva em nosso país; é possível reconhecer a elevação da incidência de alunos incluídos nas classes regulares. Por outro lado, a qualidade da educação oferecida a este público ainda é motivo de atenção na busca pela garantia plena de seus direitos. Conseguiriam todas estas escolas efetivamente ser de fato e de direito inclusivas?

Os gráficos apresentados demonstram dados oficiais da evolução dos índices de inclusão no sistema educacional brasileiro.

De acordo com Pacheco (2007, p. 15) “Como resposta à diversidade de alunos, a educação inclusiva tornou-se uma política aceita internacionalmente”, sendo discutida em termos de justiça social, na luta pelos direitos universais da pessoa humana.

O princípio fundamental da educação inclusiva é a valorização da diversidade. A inclusão resulta da transformação das relações sociais estabelecidas entre grupos humanos em contraste com a evolução da sociedade. Diante disso, a escola inclusiva tem o importante papel de viabilizar e garantir a inclusão de todos os alunos por meio de métodos e de uma didática comprometida com a socialização de todos e todas, estabelecendo vínculos que facilitarão a troca e a construção do conhecimento.

De forma geral, a educação inclusiva tem por objetivo educar a todos sem exceção em cada contexto; o grande desafio está em garantir a reformulação constante de práticas e políticas de inclusão sem instaurar a estagnação durante o processo de implantação superando os paradigmas de segregação sejam de ordem educacional, sejam de ordem social que foram sendo instituídos em nossa sociedade de geração em geração. É evidente a dificuldade de aceitação das diferenças em nosso dia-a-dia; a inclusão tem o caráter de desconstruir uma condição histórica de modo a efetivar diretrizes de atenção para que o atendimento às diferenças de fato aconteça.

O princípio fundamental desta Linha de Ação é de que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos e zonas desfavorecidos ou marginalizados. (BRASIL, 1997, p. 17-18).

No que diz respeito à inclusão no espaço escolar, faz-se necessário assumir que:

Os caminhos cabíveis que sejam trilhados para a construção da escola inclusiva perpassam pelas adaptações curriculares, pela gestão escolar, pelos princípios norteadores desse paradigma educacional e com a construção da sua proposta pedagógica. A escola inclusiva requer a efetivação de currículos adequados (adaptados ou modificados, quando necessário) e uma prática pedagógica flexível com arranjos e adaptações que favoreçam tanto o bom aproveitamento quanto o ajuste sócio educacional do indivíduo com necessidades educacionais especiais. (MENDES apud OLIVEIRA; PROFETA, 2011, p. 81).

Podemos inferir que a educação inclusiva enquanto processo social pode contribuir na busca por uma educação para todos na medida em que cria possibilidades para que os sujeitos da aprendizagem possam se desenvolver social e intelectualmente. A inclusão vem demonstrar que a diversidade e as diferenças são igualmente importantes e culturalmente ricas. Essa troca de conhecimento possibilita novas aprendizagens e é por meio dessa relação que todos se desenvolvem e expressam suas potencialidades.

A escola regular por sua vez, precisa estar empenhada em ampliar a participação de todos os sujeitos, devendo garantir e dispor de recursos físicos e didáticos que visem atender às necessidades de cada aluno garantindo igualdade de possibilidades e de acesso dentro e fora da sala de aula. Para que isso ocorra, é necessário que a sociedade se torne cada vez mais consciente do seu papel nesse processo para que esta contribua de forma responsável com o compromisso de acolher a diversidade humana.

[...] Não se desenvolve uma capacidade sem exercê-la. Por isso didática é um instrumento de fundamental importância, na medida em que possibilita e conforma as relações que alunos e educadores estabelecem entre si, com o conhecimento que constroem, com a tarefa que realizam e com a instituição escolar. Por exemplo, para que possa refletir, participar e assumir responsabilidades, o aluno necessita estar inserido em um processo educativo que valorize tais ações. (BRASIL, p. 69, 1997)

É preciso evidenciar que o ato de incluir é, antes de tudo, uma maneira de nos fazer perceber e reconhecer que existem outros além de nós, que tem o direito de participar de todas as gamas de oportunidades, seja no meio educacional, profissional ou social. Caracteriza-se como um ato de cidadania, e, portanto, compreendemos a sua importância para a socialização de todos neste processo.

Outra questão fundamental para a inclusão de fato acontecer é a formação de uma forte rede de apoio formada por professores, gestores, pais profissionais de saúde aptos a acolherem essas crianças.

Esse apoio, entretanto, não fica restrito apenas ao horário letivo. De acordo com as diretrizes da base da educação, as escolas regulares que adotaram essa nova perspectiva de ensino, precisam incorporar à escola os recursos centrais oferecidos fora do horário das aulas para os alunos com necessidades educacionais especiais, entre os quais, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um deles. O aluno tem direito a ter acesso a esse recurso e deve frequentar o AEE no período oposto às suas aulas.

Diante disso, o sistema público de educação tem organizado salas multifuncionais ou de apoio na própria escola ou instituições conveniadas a fim de oferecer ferramentas de acessibilidade buscando eliminar barreiras e favorecendo a participação social, o desenvolvimento e a aprendizagem acessível a todos.

Entretanto, mesmo com a implantação dos centros de Atendimento Educacional Especializado e do fortalecimento da rede de apoio, um grande impasse ainda se instala. Muitos professores não sabem como lidar com essas crianças e esse despreparo interfere negativamente na efetivação do processo de inclusão. Esse despreparo ocorre por diversos fatores, entre os quais dois se destacam: a má formação dos professores e a dificuldade de conviver com as diferenças.

Durante sua formação, o professor não é efetivamente preparado para lidar com crianças que possuam algum tipo de necessidade educacional especial. Claro que de maneira geral é sabido que enquanto educador você encontrará uma diversidade de alunos, mas não somos orientados sobre como ou de que forma devemos proceder com essa diversidade em uma sala de aula.

O outro fator citado ocorre pelo fato de vivermos em uma sociedade excludente, que segrega e impede a celebração da diversidade, que não acolhe verdadeiramente e não facilita a nossa convivência com o outro. É preciso ressaltar que a inclusão implica diretamente na transformação das relações sociais estabelecidas ao longo de toda a história da humanidade. Torna-se ainda mais complexo quando a preocupação não se limita apenas em fazer-se cumprir a lei, mas transcender pela aceitação das pessoas de modo geral. A escola inclusiva não poderá forçar as crianças a estabelecerem relações e/ou criar vínculos entre elas, o

papel da escola é favorecer e estimular essas relações, criando situações que facilitem e promovam a interação social.

Não é de hoje que a inclusão tem causado polêmicas e controvérsias. Enquanto algumas pessoas acreditam e defendem os princípios da inclusão, outras questionam sua efetividade e se manifestam contrárias diante da nova proposta de educação nas escolas. Muitos ainda acreditam tratar-se de uma política inviável e inconsequente.

Uma forma de amenizar esse impacto gerado e instalado na nossa sociedade é por meio do processo de socialização, a partir das relações sociais, professores e alunos possam interagir de diferentes formas, estimulando o contato físico, o diálogo, as emoções, a troca de experiência, compartilhando e adotando estratégias que atendam seus ritmos e limitações, fazendo uso de uma didática emancipadora que seja capaz de desenvolver física e intelectualmente todas as crianças favorecendo a construção de uma sociedade que normalize e respeite as diferenças.

O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, [...] dentro e fora da escola (BRASIL, 2007, p. 1, apud LIMA, 2006).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho de conclusão de curso foi elaborado com o objetivo de identificar e descrever a importância da socialização na educação inclusiva. Através de uma pesquisa de cunho bibliográfico, buscou-se evidenciar características que fossem capazes de identificar a educação inclusiva como um processo social, ou seja, que se desenvolve a partir ou decorrente da socialização que se estabelece entre os alunos, professores e sociedade de modo geral.

Ao longo do desenvolvimento da pesquisa, notamos que em diferentes contextos podemos utilizar a interação social como uma das principais ferramentas de ensino e troca de conhecimento. Percebem-se também diversos benefícios que são adquiridos por meio dessa troca, não somente para o aluno incluído, bem como, para todos que com ele estabelecem relações.

Cada sujeito possui um potencial próprio e habilidades específicas. Esses potenciais só não se desenvolvem por falta de oportunidades. Devido a isso, a escola inclusiva pode e deve promover a autonomia desses alunos para que suas especificidades possam ser demonstradas, conhecidas e compartilhadas com outras pessoas, tanto dentro, como fora dos espaços escolares.

Porém, é importante salientar que a inclusão não é uma tarefa fácil de acontecer dentro de uma sociedade historicamente excludente. Vale lembrar que o processo de inclusão está marcado historicamente pela discriminação, pela segregação e em muitas situações até mesmo de morte. Antes do conceito de inclusão começar a ser estabelecido a partir da década de 90, as diferenças eram severamente discriminadas, julgadas e em muitos casos, vistas como aberrações.

Diante dessa bagagem social e culturalmente opressora fica evidente o grande desafio de se fazer educação para todos. Entretanto, nós enquanto educadores precisamos pensar e repensar todas as estratégias e possibilidades de transformação da sociedade através da educação. Devemos inovar, ousar e constituir escolas que promovam a aceitação social.

A sociedade inclusiva é sim possível e sem dúvida, necessária. Todos os debates que se fazem acerca dessa temática são importantes para que consigamos superar a ideia ultrapassada de um padrão de normalidade. O que precisamos normalizar são as diferenças, pois toda a sociedade se constitui na diferença e o desenvolvimento humano se dá por meio das interações sociais e da convivência

entre os diferentes.

Por fim, podemos considerar que a educação inclusiva enquanto processo social exerce um papel fundamental na busca, na luta, no desafio de garantir uma educação de qualidade para todos e, em função disso, é preciso ter consciência e refletir a respeito da importância da escola nesse processo.

REFERÊNCIAS

BEYER, Hugo. **Inclusão e avaliação na escola: de alunos com necessidades educacionais especiais**. Porto Alegre: ed. Mediação, 2013.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. 2. ed. Brasília, DF: Corde, 1997.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em 09/04/2021

FERNANDES. Dária. **Inclusão Escolar: A socialização no ambiente escolar**. CIA-Publicações, 2014.

GUBANY. Neuza. **Procedimentos pedagógicos para favorecer a socialização de alunos com deficiência em escolas regulares**. Londrina: PDE, 2008.

LIMA, P. A. **Educação Inclusiva e Igualdade Social**. São Paulo: Avercamp, 2006

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: Contextos sociais**. Porto Alegre: ed. Artmed, 2003.

OLIVEIRA, Fátima; PROFETA, Mary. **Inclusão escolar: as contribuições da educação especial**. Marília/SP: ed. FUNDEPE, 2011.

PACHECO, José. **Caminhos para a inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar**. Porto Alegre: ed. Artmed, 2007.